



ENTREVISTA: Analista alerta para risco do nível de crédito malparado em Angola

07-02-2019

LUSA - Agência de Notícias de Portugal

*** Serviço Áudio disponível em www.lusa.pt***

Lisboa, 07 fev (Lusa) - O economista-chefe da consultora Eaglestone afirmou hoje à Lusa que o nível de quase 30% de crédito malparado em Angola "pode tornar-se insustentável" e antecipou o fecho de mais bancos ainda este ano.

"Penso que sim", respondeu o economista quando questionado pela Lusa sobre se prevê que o banco central angolano ordene o fecho de mais bancos durante este ano, apontando que "essa é uma das questões que está abordada no programa com o Fundo Monetário Internacional, que tem a ver com a carteira de crédito".

Em entrevista à Lusa sobre o setor bancário angolano, que viu três bancos serem fechados em apenas um mês, **Tiago Dionísio** disse que "o processo de revisão da carteira de crédito pelo FMI começa em abril, e após essa revisão poderemos ter mais más notícias no sentido de os bancos terem de melhorar, ou seja, resolver a questão a nível de crédito".

Para o economista-chefe da consultora Eaglestone, "um nível de 28% de crédito malparado, no final de dezembro, é um nível que pode tornar-se insustentável, mas importa sublinhar que mais de 80% deste montante é detido pelo BPC [banco público], e é um tema que o BNA está bastante empenhado em tentar solucionar, mas não é um processo de curto prazo".

Desde o início do ano, o Banco Nacional de Angola (BNA) já ordenou o fecho de três bancos: o Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC), esta semana, e logo no princípio do ano o Banco Mais e o Banco Postal, uma decisão justificada pela "insuficiência de capital social".

O regulador "já tinha anunciado que os requisitos de capital para a banca iriam aumentar e que os bancos tinham até ao final do ano [passado] para aumentar o rácio de capital; a maior parte conseguiu cumprir essa exigência do BNA, mas houve dois que alegadamente não conseguiram aumentar o rácio de capital e, como tal, isso levou à decisão de revogar a licença desses bancos", disse o economista à Lusa.

Sobre o BANC, o argumento do BNA tem também a ver com o incumprimento dos regulamentos: "O caso do BANC tem a ver com a reposição do capital social pelos acionistas e, segundo o BNA, existiam também deficiências no modelo de governação e os riscos [para os clientes] eram elevados".

Estas decisões, lembra, surgem em linha com o que esta consultora tem escrito nos relatórios dos últimos anos sobre a banca angolana: "No fundo, isto vem no seguimento do que temos vindo a dizer, que é uma exigência maior da autoridade regulatória da banca e, por outro lado, Angola garantiu um empréstimo do FMI e uma das exigências do Fundo era o fortalecimento do setor financeiro".

Angola tem quase três dezenas de bancos em funcionamento, "mas tendo em conta a dimensão da economia, é um número elevado", apontou Tiago Dionísio, vincando que "deveria haver alguns movimentos de consolidação no setor, e esse processo está a começar e vai ter maior impacto ao longo deste ano".

As difíceis condições económicas dos últimos três anos, que atiraram o país para uma recessão no seguimento da descida dos preços do petróleo e aumento do endividamento para compensar a quebra das receitas, "tiveram um impacto a nível económico, a nível das receitas do Estado, das contas externas, e o setor financeiro é o espelho da situação económica do país".

Esta conjuntura, sublinhou, "teve reflexos na banca, nomeadamente no crédito malparado, porque em termos de resultados os bancos até conseguiram sobreviver bem à crise económica que o país atravessou", aumentando os ativos em 3% no ano passado.

Para este ano, Tiago Dionísio mostra-se otimista: "2019 será diferente, acreditamos que poderá haver retoma e as perspetivas poderão ser mais animadoras nos próximos tempos", concluiu o economista na entrevista à Lusa.

MBA // PJA